

História, Memória e Patrimônio Cultural: turismo religioso na cidade de Patos

Jean François de Figueiredo Sirino¹

Introdução

Em 1993 a cidade de Patos² encontra-se em festa pela construção do Parque Turístico do santuário religioso da Cruz da Menina. Essa construção do território do sagrado seria mais uma invenção da tradição do crer. Com a construção do parque turístico a crença se veste de uma nova forma de legitimação, vai para o campo institucional, sendo reconhecida pelo poder público governamental. O estado fabrica um parque para os crentes e através de sua insinuação confere uma legitimidade política ao culto, através da espetacularização dos poderes políticos como enfatiza Nóbrega (1997).

Esse pequeno trecho serve para apresentar nosso objeto de pesquisa, o qual gira em torno da construção de um espaço do sagrado que também é destinado ao turismo religioso. Espaço que nos possibilitará analisar certas manifestações populares como símbolo de um patrimônio cultural da população de Patos e fieis da menina Francisca.

Com base nisso, sentimos a necessidade de compreender e demonstrar também a concepção de memória e história definidoras da construção do patrimônio cultural. Demonstrando as representações construídas através do patrimônio edificado da memória dos habitantes de Patos e de seus organismos político administrativo.

Discutir memória, sua relação com a história construída e a própria construção de patrimônio cultural imaterial é algo bastante necessário e por si só justificaria análises e discussões por parte da sociedade.

Logo, estudar as continuidades representativas populares em torno da história da menina Francisca, entendida aqui enquanto patrimônio cultural da população de Patos é ter consciência da necessidade de um dialogo interdisciplinar em que transitam tanto historiadores, como sociólogos, antropólogos, etc.

¹ Especialista em História do Brasil e da Paraíba – Faculdades Integradas de Patos. Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela UFCG. Atualmente cursa Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – que tem como área de concentração "História, Cultura e Sociedade" – na linha de pesquisa "Cultura, Poder e Identidades".

² Cidade localizada a 294km da capital Paraibana.

Lembremos que o patrimônio é como fomentador da cidadania. Sendo assim, pretendemos discutir a memória em sua relação/entrelaçamento com a história. Posteriormente, pretendemos discutir o papel desempenhado pela memória dos fieis e devotos de Francisca e pela história na construção/produção de um turismo religioso enquanto patrimônio cultural.

1. Patrimônio e Religiosidade: espaços cruzados

O santuário da cruz da menina surge a partir da história de dor e sofrimento de uma criança que teve sua vida roubada de forma trágica. Sua história de vida contada e recontada revela que em 11 de outubro de 1922 seu corpo foi encontrado em meio a pedras na saída da cidade e Patos e seus padrinhos foram acusados pela população como sendo os culpados pelo assassinato. A partir de então, abre-se inquérito policial e posteriormente julgamento, no caso aqui, foram 3(três). Em todos os julgamentos a justiça absorveu os padrinhos da menina Francisca, entretanto, a população de Patos não aceitou o resultado e cristalizou uma representação no imaginário popular de assassinos monstruosos para os padrinhos da criança, o que os obrigou a sair da cidade de Patos e irem morar em Campina Grande(SIRINO,2008).

No espaço onde seu corpo foi encontrado, um agricultor ergueu uma pequena capela³, posteriormente foi construída outra maior, transformando-se em espaço de/para adoração. Em 1993 é inaugurado pelos órgãos oficiais o santuário em homenagem a menina Francisca.

Governo Estadual, prefeitura de Patos e PBTUR Turismo firmam acordo para juntos nomearem um administrador para administrar e preservar o principal cartão turístico da cidade, haja vista, que a Igreja católica não aceitou se responsabilizar pelo Parque por tratar-se de um culto não autorizado pela igreja.

De acordo com Nóbrega(1997) a execução dessa política do espetáculo vai significar um marco para a própria invenção histórica da cidade e da santa. A crença, tramada e tecida como “tradição”, lugar do passado, é desta forma, ritualizada sob o signo da “modernidade.” Um momento em que o “arcaísmo” é captado para os discursos estratégicos da política: a romaria se torna uma prática de massa, a crença se

³ Capela erguida em homenagem à menina Francisca pelo agricultor Justino como forma de agradecer por uma graça alcançada. Essa construção realizou-se em 1929.

transforma em espetáculo e Patos passa a ser inscrita no programa nacional de turismo religioso.

A religião passa a ser trabalhada como um produto para o consumo(GUERRA, 2003). Os poderes públicos associam-se/apropriam-se à/da mentalidade religiosa popular elaborando estratégias que capitalizam para si a crença na menina.

Podemos perceber então, que o poder político não cria o parque turístico visando só a atender os interesses dos fieis que durante tanto tempo solicitavam sua construção. Interesses outros estavam em jogo, pois a cidade lançava-se no cenário do turismo religioso, atraindo uma romaria que possibilitaria crescimento econômico e visibilidade, ao menos, no cenário paraibano.

Logo, observamos que compreender as relações de poder na produção do espaço turístico implica, necessariamente, compreender o espaço como algo socialmente construído, que expressa às contradições do modo de produção capitalista ou do espaço-mercadoria. Mas o que verdadeiramente dá sentido a um lugar? Seria seu conjunto de significados, os símbolos que a cultura local imprimiu nele, e é isso que leva o outro a sentir partindo de seus valores, o lugar qual se visita?

“ o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amalgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provem do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos.”(SANTOS, 1996)

Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço. As relações que envolvem o poder na produção do espaço turístico, observando as contradições a qual fazem parte desse universo. Onde de um lado temos estratégias de agentes políticos que buscam implantar uma política turística aproveitando-se das práticas religiosos das pessoas, por outro, temos toda uma manifestação de fé e religiosidade que mistura vários elementos ritualísticos na execução de uma adoração. Os fieis criam e recriam a cada momentos símbolos e significados em prol da menina Francisca.

Dessa forma, entendemos o santuário e todas as atividades e significados dadas pelos fieis como parte de um patrimônio cultural imaterial da cidade de Patos, haja vista que a mesma é reflexo da sociedade que a produz, sendo necessário esclarecer que ela nem sempre é fruto da coletividade, pois existem processos nos quais o patrimônio é

produto de contextos econômicos, políticos ou culturais, que por sua vez, possuem origem em decisões de grupos concretos, ou classes, mas apenas representam patrimônio quando tais construções são assumidas pela coletividade de forma autônoma.

A visitação ao Santuário após a inauguração 1993 ampliou-se consideravelmente, a programação de *praxe* nos finais de semana era levar a família para visitar o local, tirar fotos e pedir graça a “santa”, esse último para muitos ficava em segundo plano. É evidente que nesse turbilhão existiam os devotos mais fervorosos que tinham como objetivo exclusivo ir rezar aos pés da santa, pedir alguma graça ou agradecer aquelas já alcançadas. Nessas demonstrações de fé, podemos encontrar fieis que de longe vieram inclusive de outras cidades no intuito de agradecer, rezar ou pedir graça. Trazendo em sua bagagem de vida, sentimentos, atos que são representação de seu grupo, de seu lugar, compartilhando suas experiências, transmitindo-as aos seus descendentes e contemporâneos que possivelmente irão assimilar e ao mesmo tempo recriar dando novas cores, fazendo novos usos.

O parque turístico da Cruz da menina tornou-se uma parada quase “obrigatória” para os devotos do Padre Cícero, em virtude da localização da cidade(Patos) ser na passagem para o Juazeiro do Norte-Ce. Aqueles, ao se colocarem em romaria, param e contemplam o santuário, rezam, fazem promessas para a menina Francisca e, ao seu “padim cíço” também, num hibridismo⁴ cultural típico das romarias brasileiras, em busca de receberem um milagre. Portanto, Patos se colocaria no roteiro do turismo religioso, a exemplo de Juazeiro do Norte-Ce e Canindé-Ce(SIRINO, 2008).

De uma cidade esquecida no alto sertão da Paraíba, para uma cidade possuidora de um grande parque turístico de caráter religioso que atraía grandes massas de fiéis, foi assim, que Patos passou a ser representada em notas divulgadas nos jornais sobre a inauguração do parque. Enaltecia-se a construção que atendia aos anseios da população em notas de jornais abordando constantemente a importância desse parque para a cidade. Idéias novas passam a se proliferar no meio social, modificando hábitos e costumes.

⁴ CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 1988.

2. Patrimônio Cultural enquanto construção política

Durante muito tempo se falou em patrimônio histórico como sendo somente igrejas, prédios antigos, sítios arqueológicos, obras de arte como quadros e esculturas. Ultimamente, entretanto, o governo tem redefinido um pouco essa noção. Na constituição de 1988, nosso documento maior, já fica bem expresso isso. Ela não fala mais em patrimônio histórico e artísticos, mas sim, de patrimônio cultural como sendo o conjunto dos bens materiais e imateriais, valores, tradições e costumes herdados do passado e reapropriados no presente, e que dão uma determinada cara brasileira.

No caso do patrimônio imaterial, trata-se das nossas heranças que não podem ser tocadas, mas que se encontram no imaginário das pessoas. Essas manifestações imateriais, todavia, só conseguem ser compreendidas pelas pessoas, normalmente, quando tivemos uma representação material delas, vejamos o que nos fala Maria Aparecida⁵:

Durante muito tempo vou visitar a casa de Francisca, lá posso rezar, falar diretamente com ela, e sei que ele me escuta e me atende(...) desde criança vou lá. Minha mãe sempre dizia que tínhamos que rezar pra Francisca, pois ela era santa. Foi uma tristeza sua morte, seus padrinhos judiaram muito dela. Minha mãe sempre levou foto de seus filhos e coloca lá pra a menina proteger.(indagada se ele fazia/fez o mesmo, ela diz)(...) Eu também não sou besta, assim que meus três filhos nasceram, levei uma foto, sendo que bem maior do que as que minha mãe levou. Só falta da minha neta, a mãe dela não trouxe ainda, mas eu vou pegar e vou trazer.

Através da fala de Maria Aparecida podemos perceber uma continuidade do ator de acreditar e perpetuar a história da menina Francisca. Quando ela diz que desde criança conhece a história e visita o lugar por intermédio de sua mãe, concluímos que aconteceu uma transmissão de uma simbologia compartilhada e que faz parte do imaginário comum. É evidente que sabemos que essa transmissão não pode ser lida de maneira tal qual era executada por sua mãe. Maria Aparecida faz novos usos, novas leituras por meio de sua religiosidade, de sua fé, dos signos passado por sua mãe.

Esse trecho serve para exemplificar o entendimento de Patrimônio Imaterial/Intangível enquanto ação/ato que é transmitido de geração em geração e

⁵ Arquivo pessoal. Entrevista concedida por Maria Aparecida, católica praticante e fiel da menina Francisca, em 24/11/2008.

constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza, e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Pois os símbolos não são simplesmente herdados, mas construídos e reelaborados historicamente pela dimensão sagrada com que são vividos. Uma construção e vivência que, mesmo dialogando com referências religiosas herdadas, criam novas formas de crenças. Por isso, a “herança” cultural e religiosa não pode ser pensada pelo historiador, como uma continuidade natural, uma vez que o mundo religioso não está pronto a espera que os homens o usem para significar suas motivações. Ele é produto dessas significações (CERTEAU, 1994).

Portando, retornando para nossa Constituição Federal, percebemos que o Governo Federal regulamentou ao Art. 216 da Constituição de 1988 através do decreto 3.551/2000⁶, que criou o programa Nacional do Patrimônio Imaterial(PNPI) e instituiu, como formas de proteger o patrimônio imaterial o registro nos livros temáticos no IPHAN(Instituto do Patrimônio histórico e Artístico nacional) e o inventário.

A Constituição da República Federativa do Brasil⁷ estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o "patrimônio cultural brasileiro". Dispõe ainda que esse patrimônio é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como sejam: as formas de expressão; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De forma simplória, podemos dizer que qualquer definição que surja de patrimônio remete a um fator comum, o de patrimônio humano, ou seja, tudo o que o homem, não importando as definições de estratificação que podem nos apresentar, possa produzir. O conceito de patrimônio cultural, então, envolve em grande escala o feito

⁶ Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

⁷ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

humano atrelado a um contexto, sendo assim ele não é algo sem importância, fruto simplesmente de convenções sociais. É dinâmico, serve para proporcionar aprofundamentos nos contextos sociais, históricos, econômicos etc. Assim como as práticas e as manifestações religiosas dos fiéis da menina que recebem, inventam e recriam a cada momento novas formas e maneiras de sentir o acontecido, sua história sua “santidade”. Isso se dá por meios de atos ritualísticos que contempla as adorações, as canções, os símbolos dentro e fora do santuário.

Pois, patrimônio é preservar e transmitir o saber, permitindo a vivência da tradição no presente. Assim, esses bens materiais e imateriais que formam o patrimônio cultural brasileiro são, portanto, os modos específicos de criar e fazer (as descobertas e os processos genuínos na ciência, nas artes e na tecnologia); as construções referenciais e exemplares da tradição brasileira, incluindo bens imóveis (igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos) e bens móveis (obras de arte ou artesanato); as criações imateriais como a literatura e a música; as expressões e os modos de viver, como a linguagem e os costumes; os locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral, assim como as paisagens e as áreas de proteção ecológica da fauna e da flora.

Com base nessa conceitualização, podemos verificar que o turismo produz novas configurações geográficas, mas essa dinâmica não se faz sem conflitos, contradições e resistências. É justamente dessas contradições que nasce/emergem as relações de poder e de dominação na produção do espaço.

A cidade Patos, espaço agora do sagrado, busca consolidar sua economia e assegura uma importante ocupação espacial, imaginando e (re) imaginando formas de apropriação do nome e da “imagem do santo da casa”.

Os poderes políticos desenvolveram estratégias para educar e preservar a imagem da menina Francisca no imaginário das pessoas, visando o mercado do turismo que o parque proporciona. Esses poderes aproveitaram-se da religiosidade das pessoas para edificar um comércio lucrativo para a cidade. Onde a oficialidade procura cada vez mais disciplinar as formas de crer, instituindo símbolos que revestem a crença em algo mais “concreto”. Essa disciplinarização do crer em Francisca tem um forte apelo econômico. A divulgação do santuário, a força que Francisca tem em obrar milagres, levaria à cidade de Patos um grande número de fiéis, movimentando assim a economia

local como o que aconteceu em Juazeiro do Norte, onde o culto a Padre Cícero se difundiu pelo interior do Nordeste, atraindo devotos que vinham visitá-lo a pé, percorrendo longas distâncias. A prática da romaria imprime novas relações espaço-temporais; é a poética do lúdico, da contemplação, do desprendimento. O romeiro não calcula o tempo, nem à distância para ir a Joazeiro ver o Padre Cícero, seguindo feliz em sua caminhada, contemplando a beleza da estrada⁸.

Essa afluência de romeiros em Joazeiro imprimiu sobre a ocupação do espaço um dinamismo econômico imediato, no qual a então vila santuário recebeu um número crescente de romeiros, os quais se instalaram na cidade do Padre Cícero através da fé, em busca de trabalho e meios de subsistência moral e material⁹.

Esse é talvez, sem sombra de dúvida, o principal objetivo do poder político de Patos, transformando a fé das pessoas em mercadoria de consumo, cativa-se a economia dos bens simbólicos. O lucro como objetivo final, e para isto toda uma indústria de comércio se encontra em ascensão com a função de entreter, contudo, um entretenimento educativo. Porque, assim, esse comércio religioso movimentaria consideráveis divisas.

Entretanto, essas transformações implementadas pelo público que buscava moldar a vida cotidiana do lugar e contribuir para a ocupação dos espaços da cidade a partir da presença da menina Francisca e sua recepção pelos fieis, diferentemente do caso do Padre Cícero, não ocorreu na mesma intensidade.

3. A emergência de novos interesses políticos

Em 15 de setembro de 1997 a diocese de Patos vendo o crescimento da romaria, resolve assumir a administração do Santuário. Hoje a igreja já realiza algumas celebrações no seu interior. (SIRINO apud LUCENA, 2008). A cada dia 12 do mês de outubro é celebrada dentro do parque uma missa e algumas comemorações.

Sobre os fatos que circundam Francisca, a questão do santuário e a crença popular, padre Fábio coloca:

⁸ ARAUJO, Maria de Lourdes de. A cidade do Padre Cícero: Trabalho e Fé: Tese Doutorado- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

⁹ Idem .

Francisca era uma criança quando teve sua vida roubada de forma trágica e, sua morte aconteceu no dia 11 de outubro, ou seja, um dia antes da comemoração do dia das crianças, por isso todos os anos, desde que passamos a tomar conta deste lugar, procuramos dá ênfase a essa questão (silêncio). A religiosidade popular é carregada de muitas crenças, por isso que a igreja quando realiza as missas dentro do parque segue algumas normas, como por exemplo: não fazer culto a menina durante as celebrações, não tocar o hino próprio de Francisca, nem permitir que sua imagem seja colocada no altar e, ao mencionar seu nome, não chamar de santa e sim, de menina Francisca, haja vista, que os cultos aos santos só podem ser realizados oficialmente depois que o vaticano reconhece, por isso a diocese procura fazer as coisas tendo essa dimensão (trecho da entrevista realizada com padre Fábio em Patos, dia 26.07.2008).

A relação existente entre esses dois mundos: religioso e político, entendidos como espaços antagônicos, não produz efeito de dispersão entre os devotos, nem diminuição na fé e nem nas práticas desenvolvidas pelos fieis em prol da menina mártir. Nem mesmo o discurso da Igreja em torno do santuário provocou o enfraquecimento na crença em Francisca nos anos 90. Seus fieis permanecem a realizarem suas rezas e praticarem sua devoção das mais variadas formas, Acendendo velas, levando seus familiares para visitarem o santuário, ofertando presentes, depositando fotos, terços, imagens de santos católicos, quadros, orações, objetos vários que são deixados nas salas dos ex-votos.

Nesse sentido, os bens simbólicos estão relacionados ao consumo cultural e projetam uma relação de identidade entre os seus usuários, distinguindo-os dos demais. Trata-se do poder do signo enquanto distinção social, em que os objetos são apropriados a partir de uma lógica social: a de pertença a um determinado grupo¹⁰.

Temos hoje uma gama de lugares construídos a partir de concepções de memória, de história e de patrimônio que encerram ou encobrem disputas, afinal, história memória e até mesmo a construção do patrimônio histórico, referencias para os vários grupos pertencentes a uma dada sociedade, são construções cotidianas, são construções ocorridas em todos os lugares.

Logo, o que era apenas um lugar religioso com uma pequena capela, lugar de orações e de preces, passa a ser um lugar turístico que movimenta dinheiro, que ganha espaços de “empresa”, possuindo um anfiteatro, restaurantes e lojas de souvenir. As pessoas não mais vão apenas para rezar ou agradecer, mas sim, para passear com os

¹⁰ BOURDIEU. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difusão Editorial LTDA, 1989.

familiares, vê e serem vistas. Uma rota de ônibus coletivo passa a funcionar na cidade para facilitar a visita ao parque, algo até então inédito na região que nunca havia contado com esse tipo de serviço. Algumas pessoas, em especial os jovens, com a inauguração dos coletivos criam para si uma nova forma de lazer, passear nos ônibus, fazendo *city tur* pela cidade, tendo em vista que se pagava apenas uma passagem e se poderia ir até o ponto final e voltar, transformando os hábitos da população. Visitar os familiares em bairros mais afastados torna-se mais fácil, mesmo com a precariedade do serviço, pois o número de ônibus em circulação era pequeno e nem todos os bairros foram contemplados com a novidade, sem falar da demora para se pegar o ônibus.

A monumentalização da crença, com a construção do parque turístico, não se efetiva apenas pelas mãos das classes dominantes, mas também, é produto do olhar de todas as pessoas que legitimam e aplaudem os espetáculos políticos, pois se não existissem os fiéis de nada iria servir a grandiosa obra arquitetônica erguida pelo poder político. Cada um da forma que for, seja contando a história, seja visitando o parque, rezando, pedindo graças, escrevendo sobre o assunto, ou mesmo, ouvindo a história, está consolidando a crença, está autorizando a construção de um espaço sagrado que também é fonte de turismo que congrega e preserva um exemplo de bens cultural imaterial de um grupo.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Maria de Lourdes de. A cidade do Padre Cícero: Trabalho e Fé: Tese Doutorado-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BOURDIEU. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difusão Editorial LTDA, 1989.

CERTEAU, Michel. **Invenção do Cotidiano - 1. Artes do Fazer.** Ed. Vozes, edição 10; 2004.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítica de política cultural.** 2 ed. São Paulo: FAPESP, 1999.

GUERRA, Lemuel dourado. **Mercado religioso no Brasil: competição demanda e a dinâmica da esfera da religião.** João Pessoa; Idéia, 2003.

NOBREGA, Elisa Maria de Medeiros. **Retalhos de um corpo santo:** Monografia de graduação em História - UFPB. 1997.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. **Memória, história e patrimônio Histórico: Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico/** Almir Felix Batista de Oliveira – dissertação mestrado – Universidade federal de Pernambuco/Universidade federal da Paraíba.João Pessoa, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SIRINO, Jean F. de F. **Inventando uma crença: usos e representações locais sobre a Cruz da Menina.** Monografia de conclusão do curso de Licenciatura de História UFCG, Campina Grande;2008.

Fontes:

Arquivo pessoal. Entrevista realizada com padre Fábio em Patos, dia 26.07.2008.

Arquivo pessoal. Entrevista realizada com Maria Aparecida, católica praticante e fiel da menina Francisca, em 24/11/2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Decreto nº 3.551/2000

<http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio.html>. Acessado dia 20/03/2011.